



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003681-82.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Contratos Bancários**
 Requerente: **Banco Santander (Brasil) S/A**
 Requerido: **Sebastiao Donizetti dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A ajuizou a presente **Ação de Cobrança** em face de **SEBASTIÃO DONIZETTI DOS SANTOS**, todos devidamente qualificados.

Aduziu a autora, em síntese, que é credora do requerido pelo montante atualizado de R\$ 133.122,74, referente à utilização do Crédito Pessoal Eletrônico, o qual não foi adimplido. Pediu a procedência da ação e a condenação do réu no pagamento do valor acima pontuado.

A inicial veio instruída com os documentos (fls.09/30).

Devidamente citado (fls.65), o requerido não apresentou defesa, ficando reconhecido em estado de contumácia (fls. 66).

É o relatório.

DECIDO.

A causa comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do Código de Processo Civil.

A pretensão é procedente.

Ante a ocorrência do efeito material da revelia presumem-se aceitos como verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 344 do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com o silêncio o requerido confessou a dívida especificada, referente ao não pagamento do empréstimo de Crédito Pessoal.

* * *

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE**, nos termos do artigo 487, inciso I, do CPC, o pedido inicial para o fim de **CONDENAR** o requerido, **SEBASTIÃO DONIZETTI DOS SANTOS** a pagar ao autor **BANCO SANTANDER S/A**, a quantia de R\$ 133.122,74 (cento e trinta e três mil e cento e vinte e dois reais e setenta e quatro centavos), com correção monetária a contar do ajuizamento, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Diante da sucumbência fica o requerido ainda condenado ao pagamento das custas e despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do autor, que fixo, em 10% sobre o valor da condenação.

Transitada em julgada a decisão, deverá o vencedor iniciar o cumprimento de sentença apresentando o requerimento necessário, nos termos dos artigos 523 e 524 do NCPC.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 11 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**